

O CONHECIMENTO DOS ENFERMEIROS SOBRE SUAS ATRIBUIÇÕES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: DESAFIOS E IMPACTOS NA QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA

NURSES' KNOWLEDGE ABOUT THEIR DUTIES IN PRIMARY HEALTH CARE: CHALLENGES AND IMPACTS ON THE QUALITY OF CARE

Gabriela Braun Ribeiro¹

Prof.^a Dra. Livia Perasol Bedin²

RESUMO: O presente estudo teve como tema o conhecimento dos enfermeiros sobre suas atribuições na Atenção Primária à Saúde (APS), reconhecida como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e fundamental para a promoção, prevenção e reabilitação em saúde. O objetivo foi analisar o nível de conhecimento dos enfermeiros acerca de suas atribuições legais e normativas, identificar os principais desafios enfrentados no desempenho de suas funções e apontar medidas que possam contribuir para o aprimoramento de sua atuação. Trata-se de uma pesquisa de abordagem descritiva, com método quantitativo e qualitativo, realizada por meio da aplicação de um questionário a enfermeiros atuantes na APS. Os dados coletados foram apresentados em gráficos e interpretados com base em referencial teórico que discute o papel e a importância do enfermeiro nesse contexto. Os resultados demonstraram que, embora os profissionais reconheçam parte de suas atribuições, ainda existem lacunas significativas no conhecimento sobre suas responsabilidades, especialmente no que se refere às ações gerenciais e de coordenação do cuidado. Entre os desafios mais citados destacam-se a sobrecarga de trabalho, escassez de recursos humanos e materiais, acúmulo de funções administrativas e ausência de capacitações regulares. As medidas apontadas pelos participantes incluem o fortalecimento da comunicação entre equipe e gestão, ampliação da educação permanente, valorização profissional e melhor dimensionamento das equipes. Conclui-se que investir na qualificação e valorização do enfermeiro é essencial para garantir uma APS resolutiva, humanizada e capaz de assegurar a integralidade do cuidado.

Palavras-chave: Enfermagem; Atenção Primária à Saúde; Atribuições; Educação Permanente; Valorização Profissional.

ABSTRACT: *This study focused on nurses' knowledge of their responsibilities in Primary Health Care (PHC), recognized as the main entry point to the Brazilian Unified Health System (SUS) and fundamental for health promotion, prevention, and rehabilitation. The objective was to analyze the level of knowledge nurses have regarding their legal and regulatory responsibilities, identify the main challenges faced in performing their duties, and suggest measures that can contribute to improving their performance. This is a descriptive study, with a quantitative and qualitative method,*

¹ Unisales. Vitória/ES, Brasil. gabriela.braun@souunisales.com.br

² Unisales. Vitória/ES, Brasil. lbedin@unisales.br

conducted through the application of a questionnaire to nurses working in PHC. The collected data were presented in graphs and interpreted based on a theoretical framework that discusses the role and importance of nurses in this context. The results showed that, although professionals recognize some of their responsibilities, there are still significant gaps in knowledge about their duties, especially regarding managerial actions and care coordination. Among the most frequently cited challenges are work overload, scarcity of human and material resources, accumulation of administrative functions, and lack of regular training. The measures indicated by the participants include strengthening communication between the team and management, expanding continuing education, professional development, and better sizing of teams. It is concluded that investing in the qualification and professional development of nurses is essential to guarantee a decisive, humanized primary health care system capable of ensuring comprehensive care.

Keywords: Nursing; Primary Health Care; Responsibilities; Continuing Education; Professional Development.

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é reconhecida como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsável por garantir o acesso universal e contínuo à saúde, com foco na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da população (Brasil, 2017). Nesse contexto, o enfermeiro ocupa posição estratégica, desempenhando funções essenciais, como a realização de consultas de enfermagem, ações de educação em saúde, acompanhamento de condições crônicas, visitas domiciliares e articulação com outros níveis de atenção (Ferreira, 2024; COFEN, 2024). A atuação do enfermeiro na APS está diretamente relacionada à produção do cuidado individual e coletivo, bem como à gestão dos serviços e das equipes multiprofissionais (Toso et al., 2021). No entanto, observa-se que muitos profissionais enfrentam desafios no reconhecimento e aplicação de suas atribuições, o que pode comprometer a qualidade e a resolutividade do cuidado prestado (COFEN, 2023). Tais lacunas no conhecimento podem estar relacionadas à formação inicial, à ausência de processos de educação permanente, à sobrecarga de trabalho e às fragilidades na gestão dos serviços (Martins, 2017).

Estudos apontam que a efetividade das ações desenvolvidas na APS depende diretamente da atuação qualificada dos enfermeiros, que, além de cuidadores, assumem papéis de liderança, planejamento e coordenação do cuidado (Toso et al., 2021; Brasil, 2020). Entretanto, em muitas Unidades Básicas de Saúde (UBS), as condições estruturais, a alta demanda e a indefinição de papéis entre os membros da equipe dificultam o pleno exercício dessas funções (COFEN, 2024; Coelho, 2024). Nesse cenário, destaca-se a importância da educação permanente em saúde como ferramenta essencial para o fortalecimento da prática profissional e ampliação do conhecimento sobre as atribuições do enfermeiro na APS. A capacitação contínua contribui para o empoderamento da equipe, para a melhoria dos processos de trabalho e para o alcance de melhores resultados em saúde (Martins, 2017; COFEN, 2024).

As atribuições do enfermeiro na APS vão além das funções comuns a toda a equipe, abrangendo ações voltadas para indivíduos, famílias e a comunidade, conforme estabelecido pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Essas atribuições incluem a promoção da saúde, prevenção de doenças, gestão do cuidado e participação na organização do serviço, visando garantir uma assistência integral e resolutive (Brasil, 2017). No entanto, a amplitude dessas funções exige um conhecimento aprofundado por parte dos enfermeiros sobre seu papel dentro da UBS, o que pode não ocorrer de maneira homogênea entre os profissionais. Muitos enfermeiros da APS podem não ter pleno conhecimento sobre a extensão e a importância de suas atribuições, comprometendo a efetividade da assistência prestada à comunidade. A falta de compreensão sobre o próprio papel pode levar à fragmentação do cuidado, à sobrecarga de outros profissionais e à dificuldade na implementação de ações de promoção e prevenção em saúde.

Além disso, estudos recentes apontam desafios significativos enfrentados por esses profissionais no desempenho de suas funções na APS. Apesar das atribuições estarem claramente prescritas, existem obstáculos que, por vezes, dificultam seu cumprimento, como sobrecarga de trabalho, insatisfação salarial, alta jornada e escassez de recursos humanos e físicos. O enfermeiro frequentemente assume mais responsabilidades do que as previstas nas legislações atuais, devido às demandas da comunidade e às atividades gerenciais que lhe são conferidas (Lima & Freitas, 2024).

Diante desse contexto, torna-se imprescindível investigar se os enfermeiros que atuam na APS compreendem plenamente suas atribuições e exercem seu papel de maneira eficaz nas UBS. Esse estudo tem como objetivo geral relacionar as atribuições do enfermeiro da atenção básica com a vivência e responsabilidades no seu dia de trabalho, identificando possíveis lacunas e desafios na sua atuação. Especificamente, busca identificar, na literatura, as principais atribuições e responsabilidades dos enfermeiros na APS; verificar, por meio de estudos, as atribuições desempenhadas dentro das UBS; analisar os desafios e dificuldades enfrentados na efetivação dessas funções; e investigar estratégias e recomendações para fortalecer o conhecimento e a atuação desses profissionais. A compreensão dessas questões é vital para assegurar a qualidade, integralidade e resolutividade do cuidado prestado à população, contribuindo para o fortalecimento do SUS.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracterizou-se como um estudo de abordagem quali-quantitativa, de natureza descritiva e exploratória. Conforme destacou Gil (2016, p. 29), foi possível combinar métodos qualitativos e quantitativos em uma mesma investigação, o que possibilitou uma compreensão mais ampla e aprofundada do objeto estudado. A abordagem quantitativa permitiu mensurar dados objetivos relacionados ao conhecimento e à atuação dos enfermeiros na Atenção Primária à Saúde (APS), enquanto a abordagem qualitativa buscou compreender, de forma detalhada, as percepções, experiências e desafios enfrentados por esses profissionais, bem como os impactos percebidos na qualidade da assistência.

Comentado [LPB1]: Usar o verbo no passado pois a pesquisa já foi realizada

Comentado [GB1R2]: Ok

O estudo foi realizado no período de agosto a outubro de 2025, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Viana – ES, tendo como participantes enfermeiros atuantes nessas unidades. Foram incluídos no estudo profissionais que possuíam vínculo ativo na APS durante o período da coleta de dados e que concordaram em participar voluntariamente, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1). Foram excluídos aqueles que estiveram de licença, férias ou afastados por qualquer motivo no momento da coleta.

A coleta de dados foi conduzida por meio de um instrumento semiestruturado (Apêndice 2), elaborado pela pesquisadora com base nos objetivos propostos, contendo questões abertas e fechadas que abordaram informações sobre dados profissionais, conhecimento a respeito das atribuições do enfermeiro na APS, estratégias utilizadas para promoção da saúde e prevenção de doenças, desafios enfrentados na prática e percepção sobre a qualidade da assistência e o impacto do papel do enfermeiro no cuidado. As questões fechadas permitiram a obtenção de dados quantitativos, enquanto as questões abertas possibilitaram a expressão livre dos participantes, favorecendo a compreensão qualitativa das experiências vividas.

O instrumento foi disponibilizado por meio da plataforma Google Forms, considerando sua praticidade, facilidade de acesso e segurança na organização das respostas, sendo o link encaminhado aos participantes por e-mail ou aplicativos de mensagens ou aplicado de forma presencial nas UBS. Os dados provenientes das questões abertas foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temática, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e categorização, conforme Bardin (2011, p. 145). Já as respostas às questões fechadas foram tabuladas no Microsoft Excel e analisadas com base na estatística descritiva, utilizando frequências absolutas e relativas, segundo orientações de Marconi e Lakatos (2016, p. 90).

A integração das abordagens qualitativa e quantitativa permitiu compreender de forma abrangente o conhecimento dos enfermeiros sobre suas atribuições na APS, identificando como esse conhecimento influenciou a qualidade da assistência prestada e quais foram os principais desafios a serem enfrentados. O estudo foi conduzido em conformidade com os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos na área de Ciências Humanas e Sociais.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com o número 7901423. A participação foi de forma voluntária e ocorreu após a assinatura do TCLE, garantindo-se o anonimato, a confidencialidade das informações e o direito de desistência a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos aos participantes. Os dados obtidos foram utilizados exclusivamente para fins científicos e acadêmicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são apresentados os resultados obtidos por meio do questionário aplicado aos enfermeiros atuantes nas Unidades Básicas de Saúde do município de Viana, no período de setembro a outubro de 2025. O instrumento buscou identificar o

conhecimento dos enfermeiros sobre suas atribuições na atenção primária à saúde, os desafios e impactos na qualidade da assistência.

As respostas da Tabela 1 foram estruturadas em planilhas do Microsoft Excel, contendo três colunas: a primeira, referente ao enunciado das afirmações apresentadas aos participantes; a segunda, representando a frequência absoluta das respostas (N); e a terceira, indicando a frequência relativa em porcentagem (%).

As características sociodemográficas e profissional dos enfermeiros são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Seção 1 - Caracterização sociodemográfica e profissional dos enfermeiros

Indicador	N	%
Idade		
Até 25 anos	2	18,18
36 a 45 anos	6	54,54
46 a 55 anos	3	27,27
Gênero que você se identifica		
Feminino	11	100
Masculino	0	0
Tempo de formação como enfermeiro		
1 a 5 anos	3	27,3
Mais de 10 anos	8	72,7
Tempo de atuação na Atenção Primária à Saúde		
1 a 5 anos	4	36,4
6 a 10 anos	4	36,4
Mais de 10 anos	3	27,3
Carga horária semanal na Atenção Primária à Saúde		
30h às 40h	11	100
Mais de 40h	0	0
Formação complementar		
Especialização ou capacitação na área da Atenção Primária à Saúde	7	63,6
Não possuem especialização ou capacitação	4	36,4

Fonte: Própria autora

Dos vinte e sete enfermeiros que compõem a rede de Atenção Primária do município, onze concordaram em participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, enquanto cinco profissionais não consentiram e outros onze não participaram.

A idade dos profissionais participantes varia de 23 a 55 anos. Em relação ao gênero, onze se identificam como feminino e nenhum masculino. Sobre o tempo de formação, três enfermeiros de 1 a 5 anos, oito com 10 anos ou mais de formação.

Em relação ao tempo de atuação na Atenção Primária à Saúde, quatro enfermeiros de 1 a 5 anos, quatro de 6 a 10 anos e 3 com mais de 10 anos de formação. Quanto a carga horária semanal de trabalho os onze cumprem uma carga horária de 30h a 40

horas semanais. Quanto a formação complementar, sete possuem especialização ou capacitação na área da APS e 4 não possuem.

Observa-se que todos os participantes são do sexo feminino (100%), e maioria possuem idade entre 36 e 45 anos (54,54%). O tempo de formação variou de 1 a mais de 10 anos, demonstrando um grupo heterogêneo quanto à experiência profissional. Em relação ao tempo de atuação na Atenção Primária à Saúde, predominou o intervalo de 1 a 5 anos (36,4%) e o intervalo de 6 a 10 anos (36,4%). Quanto a carga horária de trabalho semanal 100% realizam uma carga de 30h à 40h semanais. Quanto à formação complementar, 63,6% dos enfermeiros possuem especialização ou capacitação na área da Atenção Primária à Saúde.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é considerada a base de um sistema de saúde resolutivo, coordenador do cuidado e promotor da equidade. Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a APS foi definida como a principal porta de entrada da população aos serviços de saúde, sendo responsável por promover ações de saúde integradas, contínuas e de qualidade (Brasil, 2017).

De acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a APS deve assegurar a acessibilidade, vínculo, continuidade do cuidado, responsabilização e orientação comunitária, sendo estruturada de forma a garantir atenção integral e humanizada (Brasil, 2017). Para Pereira (2018), a APS é o nível de atenção que mais se aproxima da realidade da população, e por isso deve estar organizada de modo a atender às suas reais necessidades.

No contexto da APS, o enfermeiro assume um papel central. Conforme a Portaria nº 2.436/2017, é de sua competência realizar consultas de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever medicamentos conforme protocolos, desenvolver ações educativas, participar da gestão da unidade e da equipe, além de atuar no planejamento das ações de saúde (Brasil, 2017).

Em relação a tabela 2, verifica-se que 45,5% conhecem as diretrizes da atenção primária, contra 55,5% que não conhecem.

Tabela 2 – Seção 2 – Conhecimento sobre as atribuições na APS

Indicador	N	%
Conhecem as diretrizes e normas que definem as atribuições do enfermeiro na APS		
Sim, totalmente	5	45,5
Parcialmente	6	54,5
Não	0	0

Fonte: Próprio autor

De acordo com a Tabela 2, observa-se que 54,5% dos enfermeiros afirmaram conhecer parcialmente as diretrizes e normas que definem suas atribuições na APS, enquanto 45,5% relataram conhecê-las totalmente, e nenhum profissional declarou desconhecimento. Esses dados evidenciam que, embora a maioria possua certa familiaridade com os documentos normativos como a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e a Resolução COFEN nº 358/2009 ainda há lacunas no conhecimento pleno sobre suas funções.

Esses achados corroboram o estudo de Pires e outros (2022), que identificaram desconhecimento parcial das diretrizes legais por parte de enfermeiros da atenção

básica, o que impacta diretamente na qualidade da assistência. A ausência de domínio total das normas pode dificultar o exercício da autonomia profissional e o planejamento das ações de saúde, comprometendo a integralidade do cuidado.

Em relação a tabela 3, verifica-se que as atividades rotineiramente realizada pelos enfermeiros são: Consultas de enfermagem (100%); Procedimentos técnicos sendo curativos, administração de medicamentos e coleta de exames (90%); Coordenação de equipe (100%); Promoção da saúde e prevenção de doenças (100%); Visitas domiciliares (100%); Supervisão de agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem (100%); e outros representando 27,27%, sendo esses outros duas as seguintes respostas: “ Ações em saúde extra muros como escolas, igrejas, comunidade e etc.”, e uma sendo: “ Atendimento pré-natal, tabagismo, planejamento familiar”.

Tabela 3 – Seção 2 – Atividades realizadas rotineiramente

Indicador	N	%
Consultas de enfermagem	11	100
Procedimentos técnicos sendo curativos, administração de medicamentos e coleta de exames	10	90,9
Visitas domiciliares	11	100
Supervisão de agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem	11	100
Outros	3	27,27

Fonte: Própria autora

Na Tabela 3, nota-se que 100% dos enfermeiros realizam consultas de enfermagem, visitas domiciliares e supervisionam agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem. Além disso, 90,9% afirmam executar procedimentos técnicos, como curativos, administração de medicamentos e coleta de exames. Esses resultados refletem a multiplicidade de funções desempenhadas pelo enfermeiro na APS, que atua tanto na dimensão assistencial quanto na gerencial, conforme preconiza a PNAB (Brasil, 2017).

Segundo Matumoto (2015), essa diversidade de atribuições reforça a complexidade da atuação do enfermeiro, que precisa articular ações de cuidado direto com a coordenação de equipe e o planejamento das atividades da unidade. Tal perfil polivalente é essencial para a resolutividade da APS, mas também pode contribuir para a sobrecarga de trabalho relatada em diferentes estudos.

Em relação a tabela 4, observa-se que a frequência em que o enfermeiro realiza o planejamento das ações de saúde da UBS é de 54,5% frequentemente; 36,4% sempre e 9,1% raramente.

Tabela 4 – Seção 2 – Frequência com que os enfermeiros realizam planejamento e avaliação das ações de saúde na UBS

Indicador	N	%
Que frequência realiza planejamento e avaliação das ações de saúde na UBS		
Sempre	4	36,4
Frequentemente	6	54,5
Raramente	1	9,1

Nunca 0 0

Fonte: Próprio autor

A Tabela 4 mostra que 54,5% dos enfermeiros realizam frequentemente o planejamento e a avaliação das ações de saúde na Unidade Básica de Saúde (UBS), enquanto 36,4% o fazem sempre e 9,1% raramente. Esse resultado indica um envolvimento significativo dos profissionais com os processos de gestão e planejamento das ações, embora ainda exista espaço para ampliação da participação contínua.

De acordo com Oliveira e colaboradores (2021), o enfermeiro deve desenvolver competências em liderança, planejamento e avaliação, visto que seu papel é central na coordenação das equipes de saúde da família. A frequência observada neste estudo evidencia o comprometimento dos enfermeiros com a gestão do cuidado, mas também pode refletir limitações estruturais e de tempo, já que parte da carga horária é consumida por atividades administrativas.

A Resolução COFEN nº 358/2009 reforça que o enfermeiro é responsável pela Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), o que evidencia seu papel como gestor do cuidado o enfermeiro atua tanto na dimensão do cuidado direto quanto na gestão dos processos de trabalho, evidenciando a complexidade de sua atuação na APS” (Matumoto; 2015).

Apesar das normativas, estudos apontam para lacunas no conhecimento dos enfermeiros sobre suas atribuições. Pires e outros (2022) identificaram que muitos profissionais desconhecem as diretrizes legais que regulamentam sua prática, o que impacta diretamente na qualidade da assistência prestada.

Tabela 5 – Seção 2 – Atividades que o enfermeiro considera como suas principais atribuições na Atenção Primária à Saúde

Indicador	N	%
Realizar consultas de enfermagem e acompanhamento clínico	11	100
Solicitar exames e prescrever medicamentos conforme protocolos	11	100
Desenvolver ações educativas de promoção e prevenção à saúde	10	90,9
Realizar visitas domiciliares e acompanhamento familiar	11	100
Coordenar equipe multiprofissional e processos de trabalho	10	90,9
Efetuar a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE)	7	63,6
Participar do planejamento, gestão e avaliação das ações da UBS	8	72,7
Atuar na vigilância em saúde e análise do território	5	45,5
Promover a escuta e o acolhimento da comunidade	10	90,9
Estabelecer articulação intersetorial com outras políticas públicas	8	72,7

Fonte: Próprio autor

Em relação a tabela 5, verifica-se que as atividades mais reconhecidas como principais atribuições do enfermeiro na APS foram: consultas de enfermagem e

acompanhamento clínico (100%), prescrição e solicitação de exames conforme protocolos (100%), visitas domiciliares (100%), desenvolvimento de ações educativas (90,9%) e coordenação da equipe multiprofissional (90,9%).

Essas funções estão em consonância com o que estabelece a Portaria nº 2.436/2017, que define as competências do enfermeiro na APS. A valorização dessas práticas demonstra que os profissionais reconhecem a importância do seu papel clínico e educativo na promoção e prevenção em saúde.

Entretanto, observa-se que atividades como efetuar a Sistematização da Assistência de Enfermagem (63,6%) e atuar na vigilância em saúde (45,5%) apresentaram menor adesão. Isso pode indicar fragilidade na implementação de processos sistematizados e na integração entre cuidado individual e ações coletivas, conforme apontado por Souza e outros (2020) e Silva e colaboradores (2022). Esses autores ressaltam que a ausência de sistematização compromete a continuidade do cuidado e a análise territorial, aspectos essenciais para a efetividade da APS.

Lima e Freitas (2024) afirmam que "a sobrecarga de trabalho e a ausência de capacitações regulares dificultam o pleno exercício das funções do enfermeiro na APS". A falta de recursos humanos e materiais também contribui para a fragmentação das ações e para o sentimento de impotência frente às demandas da comunidade.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), instituída pela Portaria de Consolidação nº 2/2017, destaca a importância da formação contínua dos profissionais de saúde. No entanto, Pereira (2018) observa que nem todas as unidades de saúde contam com programas efetivos de capacitação, o que compromete a atualização dos profissionais.

Os principais desafios identificados pelos enfermeiros (Tabela 6) foram sobrecarga de trabalho e alta demanda (72,7%), excesso de atividades administrativas (63,6%), falta de recursos humanos e materiais adequados (36,4%) e falta de apoio da gestão (36,4%).

Tabela 6 – Seção 3 – Desafios o enfermeiro mais enfrenta para selecionar suas funções na Atenção Primária à Saúde

Indicador	N	%
Sobrecarga de trabalho e alta demanda	8	72,7
Falta de conhecimento ou atualização profissional	4	36,4
Definição pouco clara das atribuições profissionais	1	9,1
Falta de recursos humanos adequados	4	36,4
Esquema de materiais e equipamentos	4	36,4
Infraestrutura elétrica nas UBS	1	9,1
Excesso de atividades administrativas	7	63,6
Falta de apoio e reconhecimento da gestão	4	36,4
Dificuldade de articulação com equipe multiprofissional	3	27,3
Fragilidade nas políticas de educação permanente	5	45,5

Fonte: Próprio autor

Esses resultados se aproximam dos achados de Lima e Freitas (2024), que destacam a sobrecarga laboral, a escassez de recursos e a falta de reconhecimento como fatores que comprometem a qualidade da assistência e geram desgaste físico e

emocional nos profissionais. A fragilidade nas políticas de educação permanente (45,5%) também foi apontada, evidenciando a necessidade de maior investimento em capacitação contínua, conforme propõe a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS).

A soma desses fatores reflete um cenário desafiador, em que o enfermeiro precisa equilibrar demandas assistenciais e administrativas, muitas vezes com recursos limitados. Como ressalta Almeida e Ramos (2023), a falta de valorização e de condições adequadas de trabalho influencia diretamente na motivação e no desempenho do profissional, comprometendo os princípios de integralidade e equidade do SUS.

Em relação à questão sobre situações em que as atribuições dos enfermeiros na Atenção Primária à Saúde (APS) não puderam ser cumpridas, observou-se que diversos fatores estruturais, organizacionais e gerenciais comprometem a efetividade do trabalho desses profissionais. Entre as respostas, destacaram-se a falta de material para a coleta de citopatológico e a falta de infraestrutura adequada nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), como salas compartilhadas entre curativos, triagem e atendimentos de enfermagem, o que interfere diretamente na qualidade da assistência e na privacidade do paciente. Esses achados corroboram o estudo de Silva e outros (2021), que evidenciam que a insuficiência de recursos materiais e físicos é um dos principais entraves para o desempenho pleno das atribuições do enfermeiro na APS. Além disso, a ausência de educação permanente e de atividades coletivas, substituídas por atendimentos individuais, reflete a sobrecarga de trabalho e a limitação de tempo, fatores apontados também por Souza e colaboradores (2020) como barreiras para a implementação de ações de promoção à saúde e prevenção de agravos.

Outro ponto relevante foi o índice de absenteísmo e a falta de apoio técnico e especializado da gestão, o que reforça a necessidade de uma rede de apoio mais resolutiva, conforme discutido por Campos e Cunha (2022), que enfatizam que o suporte institucional é essencial para fortalecer a autonomia e a resolutividade das equipes de enfermagem. Por fim, a limitação do tempo de consulta e a priorização da quantidade em detrimento da qualidade dos atendimentos, além da inexistência de programas estruturados, como o de tabagismo, demonstram a persistência de desafios na organização do processo de trabalho, o que impacta a integralidade do cuidado. Assim, os resultados revelam que a dificuldade em cumprir as atribuições da enfermagem na APS está fortemente associada às fragilidades estruturais e gerenciais, apontando a necessidade de investimentos e estratégias que valorizem a atuação do enfermeiro como agente fundamental na coordenação do cuidado.

Além disso, a sobrecarga de atividades administrativas atribuídas ao enfermeiro dificulta sua atuação assistencial. De acordo com Lima e Freitas (2024), muitos profissionais acabam assumindo funções gerenciais que deveriam ser compartilhadas, o que os afasta do contato direto com os usuários e limita sua capacidade de promover ações de promoção e prevenção.

O fortalecimento da APS exige, portanto, uma revalorização do papel do enfermeiro, não apenas enquanto executor de tarefas, mas como agente de transformação social. Para isso, é fundamental que os gestores locais e estaduais priorizem políticas de valorização profissional, com estrutura adequada, recursos humanos suficientes e incentivo à formação contínua (Brasil, 2017).

A atuação do enfermeiro como coordenador do cuidado na APS requer não apenas conhecimento técnico-científico, mas também habilidades interpessoais e gerenciais. Oliveira et al. (2021) afirmam que "o enfermeiro, ao coordenar a equipe de saúde da família, precisa desenvolver competências em liderança, planejamento e avaliação de ações de saúde".

Em relação a tabela 7, observa-se que o enfermeiro recebe o apoio da gestão para exercer suas funções na UBS é de 54,5% às vezes; 36,4% sempre e 9,1% nunca.

Tabela 7 – Seção – Apoio suficiente de gestão para exercer suas funções.

Indicador	N	%
considera que recebe apoio suficiente de gestão para exercer suas funções		
Sim, sempre	4	36,4
Às vezes	6	54,5
Raramente	0	0
Nunca	1	9,1

Fonte: Próprio autor

A Tabela 7 apresenta a percepção dos enfermeiros quanto ao apoio recebido da gestão para o exercício de suas funções na Atenção Primária à Saúde (APS). Verifica-se que 36,4% dos participantes afirmaram que sempre recebem apoio suficiente da gestão, enquanto a maioria (54,5%) declarou receber esse apoio às vezes. Apenas 9,1% relataram nunca contar com suporte adequado, e nenhum participante indicou recebê-lo raramente.

Esses resultados revelam que, embora parte dos enfermeiros perceba a presença de suporte gerencial, ainda há uma fragilidade no apoio institucional ofertado aos profissionais da APS. O suporte da gestão é um fator determinante para o desempenho das funções do enfermeiro, considerando-se que suas atribuições extrapolam o cuidado assistencial direto, incluindo também atividades de coordenação de equipes, planejamento, supervisão, educação em saúde e gestão de processos de trabalho (Silva; Souza; Mendes, 2022).

A literatura aponta que o apoio da gestão está diretamente relacionado à satisfação profissional, à motivação e à qualidade do cuidado prestado à comunidade (Fernandes et al., 2021). Quando o enfermeiro percebe respaldo e reconhecimento institucional, tende a desenvolver maior autonomia, segurança e compromisso com o cuidado. Em contrapartida, a ausência desse suporte pode gerar sobrecarga emocional, desmotivação e comprometimento da efetividade das ações de saúde (Campos; Oliveira; Lima, 2020).

Nesse sentido, o fortalecimento de uma gestão participativa, comunicativa e resolutiva é essencial para garantir condições adequadas ao exercício da enfermagem na APS. Estratégias como o incentivo à educação permanente, o acompanhamento próximo das demandas das equipes e a valorização do enfermeiro enquanto protagonista do cuidado são medidas que contribuem para a consolidação de práticas mais integradas e eficientes (Martins; Barbosa; Ribeiro, 2023).

Para superar esses desafios, é necessário investir em estratégias que fortaleçam a atuação do enfermeiro. Entre elas estão a ampliação de programas de educação

permanente, o uso de protocolos clínicos e a valorização do profissional por meio de incentivos e reconhecimento institucional (Pires et al., 2022).

Segundo a Portaria GM/MS nº 1.010/2023, que atualiza os critérios de financiamento da APS, a qualificação das equipes e a adoção de práticas baseadas em evidências são essenciais para a melhoria dos indicadores de saúde. Isso reforça a importância de investir no desenvolvimento profissional dos enfermeiros, capacitando-os para atuar com autonomia, responsabilidade e resolutividade.

A Tabela 8 apresenta as principais estratégias relatadas pelos enfermeiros para superar as dificuldades enfrentadas em sua prática profissional na Atenção Primária à Saúde (APS). Observa-se que o trabalho em equipe foi a estratégia mais citada, mencionada por 90,9% dos participantes. Em seguida, destacam-se a reorganização de processos internos (72,2%) e a capacitação continuada (45,5%). Já as parcerias intersetoriais e a solicitação de recursos adicionais foram citadas por 27,3% dos respondentes

Tabela 8 – Seção 4 – Estratégias utilizadas para superar dificuldades na atuação

Indicador	N	%
Capacitação continuada	5	45,5
Trabalho em equipe	10	90,9
Reorganização de processos internos	8	72,2
Parcerias intersetoriais	3	27,3
Solicitação de recursos adicionais	3	27,3

Fonte: Próprio autor

Os resultados indicam que o trabalho em equipe é percebido como o principal instrumento de enfrentamento das dificuldades cotidianas na APS. Esse achado está em consonância com o princípio da interdisciplinaridade que orienta o modelo da Estratégia Saúde da Família (ESF), no qual a cooperação entre profissionais é essencial para a integralidade do cuidado e a resolução das demandas de saúde da comunidade (Brasil, 2017). O trabalho colaborativo contribui para a tomada de decisão compartilhada, o apoio mútuo e o fortalecimento do vínculo entre equipe e usuários, favorecendo a resolutividade dos serviços (Santos; Pereira; Moura, 2021).

A reorganização dos processos internos, apontada por 72,2% dos enfermeiros, demonstra a capacidade desses profissionais de planejar e adaptar fluxos de trabalho diante das limitações estruturais e administrativas do sistema de saúde. Essa competência reforça o papel do enfermeiro como gestor do cuidado e coordenador das ações da equipe, contribuindo para a eficiência e a continuidade do atendimento (Silva; Souza; Mendes, 2022).

Já a capacitação continuada, citada por 45,5% dos participantes, destaca-se como uma estratégia fundamental para a atualização técnica e científica dos profissionais. A educação permanente em saúde constitui um eixo estruturante da APS, pois favorece o desenvolvimento de competências, a reflexão sobre a prática e a melhoria dos processos de trabalho.

Apesar disso, observa-se que parcerias intersetoriais e solicitação de recursos adicionais ainda são práticas menos recorrentes, o que pode refletir limitações no diálogo entre diferentes setores e dificuldades na mobilização de apoio institucional. A literatura ressalta que a articulação intersetorial é essencial para a efetividade das

ações de saúde, especialmente em territórios vulneráveis, exigindo da gestão e dos profissionais uma postura proativa e colaborativa (Martins; Barbosa; Ribeiro, 2023). Em relação às medidas que poderiam contribuir para aprimorar a atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde (APS), observou-se que as respostas destacaram, principalmente, a necessidade de melhor comunicação entre a UBS e a Secretaria de Saúde, bem como entre os membros da equipe multiprofissional, especialmente com os agentes comunitários de saúde. Além disso, os participantes enfatizaram a importância de capacitação contínua dos profissionais, por meio de educação permanente, fortalecimento dos protocolos e diretrizes assistenciais, e incentivo à atualização profissional, liderança e empoderamento do enfermeiro em seu papel dentro da equipe. Também foram mencionadas questões estruturais, como a redução da sobrecarga administrativa e o aumento do número de enfermeiros nas equipes, garantindo melhor distribuição das demandas e qualidade na assistência.

Essas percepções estão em consonância com os achados de Silva e outros (2021), que apontam que a educação permanente e o fortalecimento da comunicação interprofissional são fatores determinantes para o aprimoramento do processo de trabalho do enfermeiro na APS. De forma semelhante, Mendonça e colaboradores (2020) destacam que o dimensionamento adequado de recursos humanos e o apoio institucional são fundamentais para o desempenho das atribuições do enfermeiro, refletindo diretamente na qualidade do cuidado oferecido à população. Ademais, conforme Ferreira e Araújo (2019), o empoderamento e o reconhecimento do enfermeiro como líder da equipe contribuem para uma atuação mais resolutiva e eficaz no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF).

De modo geral, os resultados apontam que os enfermeiros possuem conhecimento parcial sobre suas atribuições, desempenham múltiplas funções essenciais na APS, e enfrentam condições estruturais e gerenciais limitantes. Tais achados reforçam a necessidade de fortalecer as políticas de valorização e educação permanente, a fim de promover uma prática mais autônoma, crítica e resolutiva.

Como afirma Pires e outros (2022), a qualificação contínua e o reconhecimento institucional são estratégias fundamentais para que o enfermeiro exerça plenamente seu papel de coordenador do cuidado e agente transformador da realidade em saúde. Assim, investir na capacitação, no apoio gerencial e na melhoria das condições de trabalho é essencial para consolidar a APS como eixo estruturante do SUS.

Por fim, cabe ressaltar que a valorização profissional é um aspecto que influencia diretamente a motivação e o desempenho dos enfermeiros. Como destacado por Almeida e Ramos (2023) a falta de reconhecimento e de condições adequadas de trabalho gera desmotivação e compromete a qualidade das ações desenvolvidas na atenção básica.

É importante destacar que a atuação do enfermeiro na APS vai além das práticas clínicas. Esse profissional deve ser um articulador de redes, mobilizador social e defensor do cuidado em saúde com base nos princípios do SUS. Como afirma Pires e colaboradores (2022), "o enfermeiro é peça-chave na consolidação de um modelo de atenção centrado na pessoa, na família e na comunidade".

Dessa forma, torna-se evidente que o conhecimento sobre as atribuições do enfermeiro na APS deve ser constantemente atualizado, refletido e aprimorado. A construção de espaços de escuta, diálogo e aprendizado coletivo é fundamental para garantir que esses profissionais atuem de forma crítica, ética e transformadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o conhecimento dos enfermeiros sobre suas atribuições na Atenção Primária à Saúde (APS), bem como identificar os principais desafios enfrentados e as medidas que podem contribuir para o aprimoramento de sua atuação. A partir dos resultados obtidos, foi possível constatar que os enfermeiros possuem conhecimento parcial acerca de suas atribuições legais e normativas, o que evidencia a necessidade de fortalecer a educação permanente e a disseminação de informações sobre as políticas e diretrizes que regem a prática profissional na APS.

Os achados demonstraram que o enfermeiro exerce papel essencial no cuidado, na gestão e na coordenação das equipes, realizando diversas atividades assistenciais e administrativas que asseguram o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde. Entretanto, também se evidenciaram desafios estruturais e organizacionais, como a sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos humanos e materiais, e o acúmulo de processos burocráticos, fatores que comprometem a qualidade e a continuidade da assistência prestada.

Observou-se ainda que os participantes da pesquisa reconhecem a importância da comunicação efetiva entre equipe e gestão, da capacitação contínua, do fortalecimento dos protocolos assistenciais, e do reconhecimento profissional como estratégias fundamentais para melhorar a atuação do enfermeiro na APS. Essas medidas dialogam com o que é preconizado pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), reforçando a relevância de se investir em condições estruturais e educacionais que sustentem a prática qualificada.

Dessa forma, o estudo contribui para a reflexão sobre o papel do enfermeiro como agente transformador do cuidado, destacando a importância de uma atuação pautada em conhecimento técnico, autonomia, liderança e compromisso ético. Também evidencia a necessidade de reconhecimento institucional e de apoio da gestão pública, de modo que o enfermeiro possa desempenhar suas funções de forma plena e resolutiva.

Como indicativo para pesquisas futuras, sugere-se o desenvolvimento de estudos qualitativos e quantitativos que explorem mais profundamente o impacto das condições de trabalho, da formação profissional e da educação permanente sobre a qualidade da assistência na APS. Além disso, investigações que abordem a percepção dos usuários e da equipe multiprofissional sobre o papel do enfermeiro podem ampliar a compreensão sobre os desafios e potencialidades dessa categoria no contexto da Atenção Primária à Saúde.

Em síntese, este estudo reafirma que o fortalecimento do conhecimento, da valorização profissional e da gestão participativa são elementos indispensáveis para consolidar o papel do enfermeiro na APS e, conseqüentemente, para a efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde, universalidade, integralidade e equidade, na prática cotidiana do cuidado.

REFERÊNCIAS

Comentado [LPB2]: Todas as referências devem estar citadas no texto. Incluir disponível em: acesso :

ALMEIDA, T. M.; RAMOS, L. S. Valorização profissional e desafios na enfermagem da atenção básica. **Revista Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 101-110, 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Brasil estabelece marco de equipes para atuar na Atenção Primária. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/janeiro/brasil-estabelece-marco-de-equipes-para-atuar-na-atencao-primaria>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 2017b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 2017b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.010, de 08 de junho de 2023. Dispõe sobre as diretrizes para organização da APS no âmbito do SUS. Diário Oficial da União, Brasília, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.010, de 08 de junho de 2023. Dispõe sobre as diretrizes para organização da APS no âmbito do SUS. Diário Oficial da União, Brasília, 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Acesso em: 25 maio 2025.

CAMPOS, R. T.; OLIVEIRA, F. S.; LIMA, A. P. Condições de trabalho e desafios enfrentados por enfermeiros na Atenção Primária à Saúde. **Revista de Enfermagem em Saúde**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 45-53, 2020. Disponível em: <https://revistas.saude.gov.br/>. Acesso em: 29/09/2025.

CARVALHO, R. C. et al. A atuação do enfermeiro na intersetorialidade da atenção básica. **Revista Brasileira de Saúde da Família**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 55-63, 2020.

COELHO, A. L. P. **A atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde no município de Valença - RJ**. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/Fiocruz, 2024. Disponível em: <https://ideiasus.fiocruz.br/praticas/a-atuacao-do-enfermeiro-na-atencao-primaria-a-saude-no-municipio-de-valenca-rj/>. Acesso em: 25/05/2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). –. **Resolução nº 358, de 15 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem. Brasília, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Nota Técnica COFEN nº 001/2023**. Brasília: COFEN, 2023. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/nota-tecnica-cofen-no-001-2023/>. Acesso em: 25/05/2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Práticas de Enfermagem na Coordenação do Cuidado na Atenção Primária à Saúde**. Brasília: COFEN, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/praticas-de-enfermagem-na-coordenacao-do-cuidado-na-atencao-primaria-a-saude/>. Acesso em: 25/05/2025.

FERNANDES, C. L. et al. Sobrecarga laboral e limitações estruturais no trabalho do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 35, e41213, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/>. Acesso em: 29/09/2025.

FERREIRA, S. R. S. **Atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, A AI dos S; FREITAS, T T P . **Processo de trabalho em enfermagem na atenção primária à saúde: atribuições prescritas e seus desafios**. Trabalho de Conclusão de Curso (Enfermagem) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: (<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/59409>). Acesso em: [23/03/2025].

LIMA, R. A.; FREITAS, M. S. Desafios enfrentados por enfermeiros na Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 77, n. 1, p. 1-10, 2024.

MARCONI, M A; LAKATOS, E M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, A. **A Atenção Primária à Saúde e o protagonismo do enfermeiro na integralidade do cuidado**. ARTMED,2017, Disponível em: <https://portal.secad.Martins,2017.com.br/artigo/a-atencao-primaria-a-saude-e-o-protagonismo-do-enfermeiro-na-integralidade-do-cuidado>. Acesso em: [25/05/2025]

MATUMOTO, S.; et al. O trabalho do enfermeiro na atenção primária à saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, n. 5, p. 835-842, 2015. Disponível em: (<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/8QsxZbDLnCWVBN6zQVwjbX/L/>). Acesso em: [11/03/2025].

OLIVEIRA, M. F. et al. Liderança e gestão do cuidado pelo enfermeiro na atenção primária à saúde. **Revista Gestão & Saúde, Brasília**, v. 12, n. 3, p. 144-152, 2021.

PEREIRA, J. G. O papel do enfermeiro na Atenção Básica: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, n. 6, p. 3021-3028, 2018.

PEREIRA, J. G., OLIVEIRA, M. A. DE C Autonomia da enfermeira na Atenção Primária: das práticas colaborativas à prática avançada. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.31, n.6, p.627-635, 2018. Disponível em: (<https://www.scielo.br/j/ape/a/Ryqyz7Xdt6ZrtXT9RhKJ9Q/?lang=pt#>). Acessado em: [11/03/2025]

PIRES, D. E. P. et al. Atribuições do enfermeiro na Atenção Primária: entre o prescrito e o real. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 132, p. 812-824, 2022.

PIRES, R. C. C.; LUCENA, A. D.; MANTESSO, J. B. O. Atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde (APS): uma revisão integrativa da literatura. **Revista Recien**, v. 12, n. 37, p. 107-114, 2022. Disponível em: (<https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/download/600/615/608>). Acesso em: 17/03/2025.

SANTOS, M. A.; PEREIRA, J. F.; MOURA, V. S. Trabalho em equipe na APS: desafios para integração e comunicação entre profissionais. **Revista Ciência Plural, Natal**, v. 7, n. 1, p. 120-132, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/>. Acesso em: 29/09/2025.

SILVA, R. P.; SOUZA, D. M.; MENDES, L. F. Atribuições do enfermeiro na Atenção Primária: entre demandas assistenciais e gestão do cuidado. **Revista Saúde em Foco**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 89-98, 2022. Disponível em: <https://revistasaudeemfoco.com/>. Acesso em: 29/09/2025.

SILVA, A. R. et al. Atribuições do enfermeiro na vigilância em saúde: uma revisão narrativa. **Revista Ciência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 88-97, 2022.

SOUZA, K. C.; LIMA, V. H. O papel do enfermeiro no acolhimento e na escuta qualificada na atenção básica. **Revista Enfermagem em Foco**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 67-74, 2019.

SOUZA, M. L. et al. Práticas do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família: desafios para a integralidade. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 41, esp., p. e20190345, 2020.

TOSO, B. R. G. de O. et al. **Atuação do enfermeiro em distintos modelos de Atenção Primária à Saúde no Brasil**. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 666-680, 2021. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/5159>. Acesso em: 25/05/2025.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO

Solicitamos sua participação no estudo intitulado: **O Conhecimento dos Enfermeiros sobre suas Atribuições na Atenção Primária à Saúde: Desafios e Impactos na Qualidade da Assistência.**

OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA: Pesquisa de campo que visa relacionar as atribuições do enfermeiro da atenção básica com a vivência e responsabilidades no seu dia de trabalho, identificando possíveis lacunas e desafios na sua atuação. De acordo com os estudos, Lima e Freitas (2024) destacam que, apesar das atribuições do enfermeiro na atenção básica estarem claramente prescritas, existem desafios que por vezes as tornam inalcançáveis e dificultam sua conclusão.

DESCONFORTO E POSSÍVEIS RISCOS ASSOCIADOS À PESQUISA: O estudo não apresenta nenhum risco à saúde, à vida dos participantes e à qualidade do atendimento pelo serviço prestado pela instituição, apresentando apenas risco de vazamento das informações contidas no questionário. Para isso as informações serão coletadas somente por uma pesquisadora do projeto ficando somente ela responsável pelo manuseio das informações dentro do local de pesquisa.

BENEFÍCIOS DA PESQUISA: Como benefícios, podemos citar a sua contribuição em possibilitar levantamento de dados para contribuir para a ciência e novos saberes por meio desta pesquisa, além de obtenção de dados importantes para a promoção e cuidado da sua saúde da pessoa idosa.

ANÁLISE ÉTICA DO PROJETO: O presente projeto de pesquisa será analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Salesiano, cujo endereço é Av. Vitória nº 950, Bairro Forte São João, Vitória (ES), CEP 29017-950, telefone (27) 33318516.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Quando necessário, o voluntário receberá toda a assistência médica e/ou social aos agravos decorrentes das atividades da pesquisa. Basta procurar o (a) pesquisador (a), pelo telefone do trabalho (27) 33318628, e também no endereço Av. Vitória nº 950, Bairro Forte São João, Vitória (ES), CEP 29017-950.

ESCLARECIMENTOS E DIREITOS: Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS: As identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizada a pesquisa e pelo patrocinador (quando for o caso). Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade e para autoridades normativas em saúde

nacionais ou internacionais, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMAÇÃO DO PARTICIPANTE VOLUNTÁRIO: Eu, _____, portador da Carteira de identidade nº _____, expedida pelo Órgão _____, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa. Afirmando também que recebi via de igual teor e forma desse documento por mim assinado.

DATA: ____ / ____ / ____

Assinatura do Participante Voluntário

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE 2- QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Título da pesquisa: **O Conhecimento dos Enfermeiros sobre suas Atribuições na Atenção Primária à Saúde: Desafios e Impactos na Qualidade da Assistência.**

Objetivo: Relacionar as atribuições do enfermeiro da Atenção Básica com a vivência e responsabilidades no seu dia de trabalho, identificando possíveis lacunas e desafios na sua atuação.

Instruções: Este questionário é destinado exclusivamente a enfermeiros atuantes na Atenção Primária à Saúde do município de Viana – ES. Sua participação é voluntária e as informações fornecidas serão mantidas em sigilo, utilizadas apenas para fins acadêmicos e científicos.

Seção 1 - Dados Profissionais

1. Idade: _____
2. Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro não informar
3. Tempo de formação em Enfermagem:
() < 1 ano () 1 a 5 anos () 6 a 10 anos () > 10 anos
4. Tempo de atuação na APS:
() < 1 ano () 1 a 5 anos () 6 a 10 anos () > 10 anos
5. Carga horária semanal na UBS:
() < 20h () 20h às 30h () 30h às 40h () > 40h
6. Possui especialização ou capacitação na área da APS? () Sim () Não

Seção 2 - Conhecimento sobre atribuições na APS

7. Você conhece as diretrizes e normativas que definem as atribuições do enfermeiro na APS (como a PNAB)?
() Sim, totalmente () Parcialmente () Não
8. Quais atividades você realiza rotineiramente na UBS? (marque todas as que se aplicam)
[] Consultas de enfermagem

- Procedimentos técnicos (curativos, administração de medicamentos, coleta de exames)
- Coordenação de equipe
- Promoção da saúde e prevenção de doenças
- Visitas domiciliares
- Supervisão de agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem
- Planejamento e organização das atividades da UBS
- Participação em reuniões intersetoriais
- Outros: _____

9. Com que frequência você realiza planejamento e avaliação das ações de saúde na UBS?

- () Sempre () Frequentemente () Raramente () Nunca

10. Quais das atividades abaixo você considera como suas principais atribuições na Atenção Primária à Saúde? (Marque como se aplica)

- Realizar consultas de enfermagem e acompanhamento clínico
- Solicitar exames e prescrever medicamentos conforme protocolos
- Desenvolver ações educativas de promoção e prevenção à saúde
- Realizar visitas domiciliares e acompanhamento familiar
- Coordenar equipe multiprofissional e processos de trabalho
- Efetuar a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE)
- Participar do planejamento, gestão e avaliação das ações da UBS
- Atuar na vigilância em saúde e análise do território
- Promover a escuta e o acolhimento da comunidade
- Estabelecer articulação intersetorial com outras políticas públicas
- Outras (específicas): _____

Seção 3 - Desafios e dificuldades

11. Quais dos desafios abaixo você mais enfrentará para selecionar suas funções na Atenção Primária à Saúde? (Marque os que se aplicam)

- () Sobrecarga de trabalho e alta demanda

- () Falta de conhecimento ou atualização profissional
- () Definição pouco clara das atribuições profissionais
- () Falta de recursos humanos adequados
- () Esquema de materiais e equipamentos
- () Infraestrutura elétrica nas UBS
- () Excesso de atividades administrativas
- () Falta de apoio e reconhecimento da gestão
- () Dificuldade de articulação com equipe multiprofissional
- () Fragilidade nas políticas de educação permanente
- () Outros (específicos): _____

12. Marque os fatores que mais impactam a qualidade da assistência na APS:

- Sobrecarga de trabalho
- Falta de recursos materiais
- Falta de recursos humanos
- Infraestrutura instalada
- Capacitação insuficiente
- Excesso de demandas administrativas
- Outros: _____

13. Cite um exemplo em que suas atribuições na APS não puderam ser cumpridas:

14. Você considera que recebe apoio suficiente de gestão para exercer suas funções?

- () Sim, sempre () Às vezes () Raramente () Nunca

Seção 4 - Estratégias e recomendações

15. Quais estratégias você utiliza para superar dificuldades em sua atuação?

(marque todas as que se aplicam)

- () Capacitação continuada
- () Trabalho em equipe

- Reorganização de processos internos
- Parcerias intersetoriais
- Solicitação de recursos adicionais
- Outros: _____

16. Que medidas você acredita que poderiam ajudar a atuação do enfermeiro na APS?

Agradecimento: Agradecemos por dedicar seu tempo a esta pesquisa. Sua contribuição é fundamental para compreender a realidade e os desafios da enfermagem na Atenção Primária à Saúde.